



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Ata da reunião do Grupo de Trabalho da subdivisão insular 25 de Outubro de 2017 – Santiago de Compostela

No início da reunião, o Presidente do grupo de trabalho Cleofé Carballo (Cofradia de Corralejo) agradeceu a todos os participantes pela sua presença. Os trabalhos iniciaram-se com a aprovação da ordem de trabalhos, em que a pré-configuração das RUPs deu início à reunião, seguida pela intervenção do Liberato Fernandes (Porto de Abrigo) através de uma apresentação intitulada 'Gestão Sustentável, Inclusiva e Transparente: Uma experiência – Açores'.

Acresce ainda a inclusão da questão das quotas de demersais nos Açores. Posteriormente, a pedido de Jorge Gonçalves (APEDA), foi incluída a discussão relativamente ao atum-rabilho na ordem de trabalhos. Por último, a ordem de trabalhos foi aprovada com a presente configuração.

Pré-configuração das RUPs:

Os trabalhos iniciam com um debate sobre a pré-configuração do CC RUP. O Presidente Cleofé Carballo (Cofradia de Corralejo) indica que, aquando das reuniões de Bruxelas, em março de 2017, foi acordado procurar uma proposta que conciliasse as diferenças existentes nas RUPs francesas - proposta essa que permitisse 6 assentos para o setor dessas regiões e proporcionasse paridade no Comité Executivo entre os 3 países (posição das Canárias). Também tinha sido decidido promover o debate para que todas as associações do Setor das Canárias fossem envolvidas: As da Federação Regional e as da Província de Las Palmas (que não estão na Federação Regional), bem como OPPs e um grupo de mulheres que está atualmente a ser constituído.

Cleofé apresenta uma proposta que visa fazer passar o Comité Executivo de 25 para 30 assentos, o que permitiria 18 assentos para as organizações do setor. As RUPs francesas poderiam obter os 6 assentos requeridos. As RUPs portuguesas e espanholas teriam de escolher os seus assentos de acordo com a norma vigente - ou seja, um assento para a Comercialização, um para a Transformação e assentos deixados vagos para os restantes intervenientes como Sindicatos, Grupos de mulheres, etc. Assim, todas as partes estariam representadas de maneira abrangente e equilibrada

Esta proposta foi aprovada pela totalidade do setor das Canárias, associações das duas Federações e OPPs. Para tal, foram organizadas quatro reuniões, em que se debateram ambas as opções.

No dia 14 de outubro, a proposta das Canárias foi enviada aos representantes do setor das RUPs francesas e portuguesas, solicitando-lhes uma resposta. Espera que o assunto seja debatido hoje. Pensa que foi encontrada uma proposta conciliatória, capaz de satisfazer todas as partes e de desbloquear a repartição dos assentos.



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

O representante da Comissão Europeia felicita os Membros presentes pela implementação do CC RUP e aguarda novas etapas. Os representantes da Madeira e dos Açores presentes afirmam desconhecer o documento referido, dizendo que não terá sido enviado às respetivas entidades - motivo pelo qual gostariam de beneficiar de um prazo adicional para analisarem a proposta.

Antonio Laurenço (APISJ - também este representante da Federação de Pescas dos Açores - informa que apresentará a proposta na próxima Assembleia Geral, para esta ser votada pelos Membros. Pedro Melo (ACPA) afirma não ter recebido atempadamente o documento das Canárias sobre o CC RUP, pelo que precisa de um prazo adicional para o analisar. Jose Antonio Fernandes (AAPAP) indica precisar de analisar mais atentamente a proposta, na medida em que não teve tempo de o fazer antes da reunião. Portela Rosa (Vianapesca) insiste no facto de a criação do CC RUP implicar inevitavelmente o desaparecimento do Grupo de Trabalho Insular.

Cleofé Carballo espera que um debate interno tenha lugar nos Açores e na Madeira e que o resultado lhe seja transmitido. Lamenta que o representante das RUPs Francesas, Serge Larzabal não esteja presente, esperando, contudo, que a proposta das Canárias seja transmitida às associações piscatórias com vista a um debate interno. Espera que essa solução conciliatória permita que se chegue a um acordo e que se possa dar início às diligências destinadas à constituição do CC RUP junto da Comissão Europeia.

Acresce ainda as deliberações de Liberato Fernandes (Porto de Abrigo) relativamente ao estabelecimento das RUPs. Acrescenta que o CC RUP terá sérias dificuldades em emitir pareceres sobre a gestão de recursos pesqueiros, cujas unidades populacionais não são comuns e cujo acompanhamento científico é efetuado por entidades distintas (caso particular das RUPs francesas cuja dispersão geográfica é vasta). Neste ponto, revelaram-se duas posições na reunião: os que consideraram não se justificar a formação do CC RUP, como a Porto de Abrigo e a UMAR, e as entidades que, embora tenham mérito na formação de tal Concelho Consultivo, consideram que devem manter-se no CC Sul de forma a poderem participar ativamente na gestão dos recursos pesqueiros na área coberta pelo CC Sul, mantendo-se ou não no Grupo Insular. Tal situação foi expressa por José António Fernandes (AAPAP), opinião partilhada por outros representantes açorianos, contrariando a opinião de Portela Rosa (VIANAPESCA).

Cleofé Carballo informa que os Membros das Canárias continuam a interrogar-se quanto à sua participação em dois CCs. Pois, no CC Sul, os debates internos decorrem com todo o setor espanhol e as propostas são comuns. Deste modo, considera que é necessário estarem presentes. No CC RUP, os debates concentrar-se-ão nas problemáticas da pesca das RUPs.



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Apresentação de Liberato Fernandes: Gestão Sustentável, Inclusiva e Transparente: Uma experiência – Açores

A intervenção pautou-se pela avaliação do setor das pescas nos Açores, desde recursos humanos envolvidos no setor, a esforço de pesca, capturas de pescado e quotas, entre outros. A apresentação levou a uma discussão sobre diferentes temas, nomeadamente:

- Normas em redor da pesca lúdica;
- Diferenças no tamanho mínimo de captura entre Açores e continente português;
- Quotas de demersais (imperador, alfonsinho, etc.);
- Métodos de captura sustentáveis, tais como utilizados pela frota atuneira açoriana e madeirense, não deveriam ser sujeitas a quotas;
- Estabelecimento de um período de transição entre a passagem de pesca desportiva para pesca profissional e vice-versa de modo a que a contabilização de esforço de pesca e capturas seja registado equitativamente.

Após a intervenção, os assuntos debatidos nesta foram discutidos. Cleofé Carballo (Cofradia de Corralejo) alega que quotas por arquipélago são um ‘sonho’, muitíssimo difíceis pois as quotas são atribuídas por país. Apesar de concordar com maiores restrições ao exercício da pesca lúdica, reconhece que é muito complicado controlar esta atividade, sendo também um problema para o setor profissional em Canárias.

De seguida, Liberato Fernandes (Porto de Abrigo) defende a sua posição quanto às épocas de defeso, em que estas devem incidir sobre os pescadores profissionais e igualmente pelos não-profissionais. Acresce ainda a sua posição quanto à forma como um pescador é tratado, muitas vezes como um ‘criminoso’ e que esta prática tem de deixar de ser habitual e passarmos a incluir e a tratar todos os profissionais da pesca com dignidade, respeito e consideração.

Da parte da representante da UE, existe posições comuns quanto à monitorização da pesca lúdica. Argumento que concorda com a visão do CC Sul quanto à problemática da pesca lúdica, sendo necessário controlar este segmento da pesca.

Demersais – Açores:

Liberato Fernandes (Porto de Abrigo) argumenta que as espécies imperador e abrótea do alto deverão ser retiradas as quotas pois estas espécies são alvos de uma pesca seletiva, de pequena autonomia e, portanto, apenas costeira.

A opinião dos membros açorianos é que a quota de Goraz deverá ser aumentada de modo a ser possível capturar maiores quantidades de pescado. O presidente do CC Sul argumenta que pedir aumentos de quota apenas com a visão do setor, sem incluir estudos da comunidade científica, será infrutífero pois são necessárias razões plausíveis para um possível aumento da quota. Assim, é contra a elaboração de uma proposta de aumento de quota pelas razões anteriores.

De forma idêntica, António Laurénio (APISJ, sendo que representava igualmente a Fed. Pesc. Açores) concorda com a opinião do presidente do CC Sul, na medida em que a elaboração de um documento a pedir quota adicional sem pareceres científicos será infrutífera.



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Captura de atum-rabilho:

Jorge Gonçalves (APEDA) pediu para que o presente assunto fosse debatido. A sua intervenção foi no sentido de alertar os membros do grupo de trabalho em relação às normas em vigor. Declara que, dada às melhorias do stock no Atlântico Norte, a pesca dirigida desta espécie deveria ser autorizada. Requisita o auxílio de Canárias para colaborar neste aspeto, com vista a atingir o objetivo de ser possível fazer pesca dirigida a atum-rabilho e não apenas acessoriamente como está em vigor. Acresce ainda a crítica que é endereçada às entidades que fazem o controlo das capturas desta espécie, ao alegar que o processo que envolve a captura é demasiado complexo, sendo necessário uma simplificação de modo a torná-lo menos burocrático.